

O “DOCE INFERNO” AFRICANO NO BRASIL: ética-cristã, escravidão e servíncias senhoriais na “civi- lização” do açúcar

Maria do Carmo Brazil*

Resumo

Com esta análise em torno da obra *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* pretendemos contribuir para o avanço dos estudos históricos das sociedades coloniais do Novo Mundo. A obra faz parte da bibliografia colonial tradicional e foi escrita em 1700 por Jorge Benci, jesuíta natural de Toscana, na Itália, com o intento de regulamentar a conduta do segmento senhorial em relação ao negro escravizado. O livro surgiu num momento em que a sociedade moderna já se orientava pela lógica das transações mercantis, do tráfico transatlântico e, sobretudo, numa circunstância em que os princípios morais e religiosos das antigas sociedades não encontravam mais eco entre os movimentos das ondas mercantis impulsionadas pelas sociedades modernas. Os valores mercantis-escravistas que emergiam como a razão de ser da colônia esbarrava vigorosamente na consciência cristã do missionário setecentista. Ao contrário de Antonil que, em 1711, já compreendia a ética mercantil como prática gerida pelo homem de *cabedal* e de *governo*, Benci, ainda preso ao paradigma do escravismo patriarcal da Antiguidade, partiu do pressuposto da moral e da ética cristã para valorar as relações escravistas.

* Professora Titular em História do Brasil da Universidade Federal da Grande Dourados. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Autora, entre outros, de *Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

E-mail: mcbrasil@ceud.ufms.br

1-No paraíso do açúcar: Escravidão africana no Brasil

Desde antes da década de 1960, historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos brasileiros têm se engajado no sentido de garantir visibilidade ao quadro de violência que marcou de forma objetiva e subjetiva a relação entre escravizador e trabalhador escravizado. Os estudos de Benjamin Péret (1956), Clovis Moura (1959), Emília Viotti da Costa (1966), Décio Freitas (1971), Alípio Goulart (1972) prepararam as bases onde outros pensadores sociais como Ciro Flamarion Cardoso (1973) e Jacob Gorender (1978) assentariam os conceitos do modo escravista colonial.¹ Segundo Mário Maestri, o

escravismo colonial foi definido como modo de produção “historicamente novo” e dominante em importantes regiões da América.² As dimensões sociais, políticas e culturais do escravismo tornaram-se objetos de outras abordagens, ensejando enfoques sobre novos temas e espaços geográficos não contemplados até então pela historiografia. Apesar desses bons ventos soprarem em favor das reflexões sobre a escravidão, os estudos sobre a África não conheceram o mesmo grau de interesse no Brasil. O Continente Negro continua, no dizer do historiador brasileiro, sendo o “patinho feio da historiografia brasileira”.³

A historiografia revela que, desde meados do século XVI, o Brasil já empregava o trabalho compulsório do nativo nas atividades econômicas mercantis. Devido ao esgotamento tendencial daquela população e a pressão dos interesses envol-

1 Cf. PÉRET, Benjamin. *O quilombo dos Palmares*. Edição e introd. MAESTRI & PONGE, Robert. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi, 1959. COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala a Colônia*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989. FREITAS, Decio. *Insurreições escravas*. Porto Alegre, Instituto Cultural Português/Vozes, 1980. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973. GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao patíbulo. Castigos de Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

2 MAESTRI, MARIO. “Terra e Liberdade: as comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil”. In: AMARO, Luiz Carlos e MAESTRI, Mario (orgs.). *Afro-brasileiros: História e Realidade*. Porto Alegre: EST Edições, 2005, p. 94. (GT Negros/Anpuh/RS).

3 MAESTRI, Mario. *História do Brasil e a África Negra Pré-colonial*. Porto Alegre: I Seminário Nacional sobre História da África/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, set. de 1994. p. 1. (Conferência)

vidos com o tráfico triangular, o trabalho do nativo brasileiro foi gradativamente substituído pelo dos africanos submetidos ao cativoiro, os quais eram comprados ou trocados na África por produtos baratos trazidos da Europa. Entre outras nações americanas, o Brasil foi a que mais importou africanos para escravização. Ao manter o cativoiro negro até o último fôlego do sistema, foi a última nação do continente a suprimir a escravidão. Por tudo isso, como nos explica Maestri, o Brasil foi o lugar onde o escravismo desenvolveu-se de forma mais acabada⁴, de forma mais plena, em estado mais puro.

Nessa instituição, o trabalhador escravizado convertia-se em uma propriedade total e ilimitada do escravizador, desprovido de quaisquer direitos e submetido à mais absoluta dependência. A escravidão permeou todos os recantos do país, quer no campo ou na cidade, durante os seus mais de três séculos, alimentada, sobretudo por uma profusão de africanos, vítimas do exílio forçado, da humilhação, do sofrimento e da iniquidade do tráfico transatlântico⁵.

4 MAESTRI, Mário. *Lo schiavo coloniale: lavoro e resistenza nel Brasile schiavista*. Palermo: Sellerio, 1989. p. 33.

5 Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850:1888*. Rio

Apesar da importância que desempenhou para a história brasileira, o historiador Jacob Gorender sustenta em seu clássico *O escravismo colonial* que apenas depois da década de 1970, a historiografia brasileira quebrou realmente o silêncio sobre o trabalhador escravizado enquanto categoria social importante nas interpretações do passado do Brasil.⁶

Na Colônia e no Império, o trabalhador escravizado produziu os mais variados tipos de produtos coloniais, como açúcar, ouro, diamantes, café, charque, cacau, entre outros. Mas a produção açucareira e extrativismo mineral formavam os principais núcleos sistemáticos de produção da colônia portuguesa, até sua emancipação. Alguns fatores determinaram que os portugueses estivessem melhor preparados para a abertura de um caminho marítimo para as Índias: a experiência de navegação marítima, relacionada à pesca da baleia; o fato de ser escala, na rota ligando o Mediterrâneo e o norte Europa; a proximidade com o Continente Negro, etc.⁷

de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

6 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5 ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988. p. 1.

7 MAESTRI, Mário. *A Servidão Negra*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1988, p.40.

Gorender aponta outros fatores para o êxito dos portugueses na produção açucareira no Brasil: “Ao iniciar-se o século XV, Portugal contava com algumas vantagens sumamente preciosas em comparação com os demais países europeus. Enquanto estes continuavam empenhados em exaustivas guerras internas e externas, como a Espanha, ainda estavam longe de completar sua unificação, Portugal já dispunha de fronteiras definitivamente estabelecidas, não enfrentava questões internas graves e contava com um poder estatal em processo de vigorosa centralização⁸. Assim, quando a Coroa lusa estabeleceu contato com as populações africanas, já representavam setores sociais mais dinâmico do mercantilismo europeu⁹.”

A abundância dos solos férteis americanos permitiu a plantagem açucareira escravista. Mas foi a experiência açucareira dos portugueses nas ilhas de Madeira, nos Açores, no Cabo Verde e na ilha de São Tomé, e a associação com mercadores flamengos, que deram a Portugal as condições de transformar o açúcar

num dos principais produtos de sustentação do Antigo Sistema Colonial: “... Esta experiência anterior [...] familiarizou os portugueses com os problemas técnicos ligados à lavoura da cana e a manufatura do açúcar e fomentou Portugal a produção de aparelhamentos para os engenhos¹⁰. Os flamengos, em virtude da experiência, da importância no comércio, da excelente frota mercante e da capacidade de organização comercial, geraram um mercado de grande escala para o açúcar, possibilitando a absorção da grande produção brasileira do século XVII.

Mas à faculdade técnica e à abundância de terras era preciso adicionar um fator importante: a disponibilidade de mão de obra, resolvida inicialmente com a escravização do americano nativo. Açúcar e escravidão assumiram, à época, uma relação unívoca para os interesses metropolitanos e coloniais: “A proximidade do continente africano das terras americanas teve gravíssimas conseqüências para as civilizações negras. As comunidades de agricultores e pastores africanos apresentaram-se, para o mercantilismo euro-

8 GORENDER, Ática, *Escravidão Colonial*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1985. p.109-10.

9 MAESTRI, Mario. *História da África Negra Pré Colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p 41.

10 CANABRAVA, Alice. A grande propriedade rural. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização brasileira*. 2ª. Ed., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, t. 1, v. 2, p. 204.

peu, com ótimas e inesgotáveis sementeiras de cativos. E, para a lógica mercantilista, não podia ser distinto. Historicamente, o cativo era a organização econômica que melhor se adaptava à valorização das terras americanas. [...] O próprio desenvolvimento capitalista europeu foi portanto favorecido pela feitorização do homem africano”¹¹.

2-Jesus Cristo era o feitor: os presbíteros católicos e a escravidão

Instalada num grande latifúndio, a unidade produtora de açúcar constituía-se em casa-grande, senzala, capela e casa de engenho. A presença da capela numa unidade produtora exercia um papel social de suma importância para o segmento senhorial, sobretudo, porque era as cerimônias religiosas, como casamento, batizados, rezas e missas, que ensejavam o momento se estabelecer relações inter-senhoriais, de se ostentar o luxo, a riqueza e o grau de poder. O poder senhorial envolvia terras, cativos, agregados e homens livres de poucas posses. Para o historiador Sérgio Buarque de Holanda, os traços de fidalguia, a posição so-

cial privilegiada e a posse de muitos bens superavam o sentimento religioso: “Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica [alimentada por] pretensões aristocráticas, que foram tradicionalmente o apanágio do nosso patriado rural”¹². Na maioria dos engenhos a presença física de uma capela do Brasil traduzia o nível de poder de um senhor de engenho.

Não há dúvida de que o senhor de engenho, figura fulcral da unidade colonial, não era apenas um mero proprietário. Cabia-lhe submeter o cativo à produção de mercadorias, visando uma rentabilidade correspondente ao seu investimento. Para o eficaz funcionamento do sistema, impunha-se uma dura estrutura de dominação na organização do processo produtivo. Para o padre André João Antonil – tenaz defensor da escravidão –, cabedal e governo definiam o perfeito perfil daquele que comandava os núcleos escravistas da empresa colonial. “O senhor de engenho é vislumbrado, antes de tudo em sua opulência, em seu prestígio,

11 MAESTRI, Mario. *História da África Negra Pré Colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p.42-3.

12 HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p.49-50.

em sua dignidade”¹³. Antonil via o escravo como via cavalos, éguas e bois. Consoante com as Ordenações Filipinas, coligidas por ordem de Felipe I, quando da anexação de Portugal e Espanha, em 1580, Antonil, o reitor do Colégio da Bahia no início do século XVIII, entendia que só havia duas formas de o *escravo* se tornar livre. Ou pela morte ou pela alforria. Saliente-se que as Ordenações Filipinas regulavam a compra e venda do trabalhador escravizado no mesmo item destinado aos animais¹⁴.

O caráter ostentatório dos senhores foi também descrito pelo jesuíta italiano, no fim do século XVII: "Que razão pode haver para que os senhores do Brasil, sustentem de portas a dentro tão grande número de ociosos e ociosas? Porque não lhes dão de meter nas mãos de uma enxada, para que plantem mantimentos e tenham com que se sustentem os mesmos senhores a si e a quem lhes trabalha?...Se os escravos não hão de servir ao menos para a seus senhores sustentar a vida, não só para que se comprem tão grande gasto? Só para sustentar o fausto e a

vaidade, e para que haja muitos a quem mandar.”¹⁵

A presença física da Igreja no engenho não significava a sua autonomia enquanto instituição religiosa. Instalado na fazenda, em lugar quase sempre contíguo à casa grande e ornamentado com insígnias de nobreza e ostentação, a capela cumpria função social primordial no engenho. Nela, congregavam-se senhores de outras unidades produtivas por ocasião das festas, rezas e missas. O símbolo da fé nas dependências do engenho estava longe de ter como principal função a doutrinação da população escravizada. O historiador Sergio Buarque de Holanda lembra que longe da intenção de professar os preceitos básicos do cristianismo havia de fato “uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão da verdadeira espiritualidade”¹⁶.

As reflexões do historiador cubano Manuel Moreno Fraginals¹⁷

13 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1982, p. 43.

14 FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973, p. 26-7.

15 BENCI. Ob.cit. p. 174.

16 HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 111.

17 FRAGINALS, Manoel Moreno. *O Engenho – complexo econômico-social cubano do açúcar*. Trad. S. Rangel e R. C. Abílio.

sobre o engenho nas Antilhas também registram os limites dos princípios doutrinários da Igreja na condenação da escravidão. Friginals admite que, na fase inicial da montagem do sistema açucareiro em Cuba, houve em parte a influência dos fundamentos da Igreja Católica entre os cativos. Reconheceu também que havia certo interesse das pequenas unidades produtoras de açúcar na doutrinação dos trabalhadores cativos. Isso porque, até meados do século XVIII, fase inicial de desenvolvimento do sistema produtivo colonial cubano, não fazia falta o tempo destinado ao culto ou à catequese. Os senhores apostavam na segurança ou na submissão dos trabalhadores feitorizados através do paciente ensinamento dos princípios cristãos e da utilização de mecanismo disciplinares.

Segundo o autor de *O engenho*, com a grande expansão produtiva do açúcar para o mercado mundial, que criou a grande manufatura de trezentos escravos por unidade produtiva, tornou-se cada vez mais difícil a manutenção dos ensinamentos religiosos nos engenhos cubanos. O *boom* açucareiro provocou o rompimento com esquema semi-patriarcal e submeteu a escravaria à

barbárie esgotante do trabalho extensivo.¹⁸ Esse ponto fica claro na referência feita por Friginals sobre um livro religioso publicado em 1797 pelo presbiteriano Antonio Nicolás Duque de Estrada, sob o título *Explicación de la doctrina cristina acomodada a la capacidade de los negros bozales*.¹⁹ Friginals informa que o livro veio a lume em pleno *boom* açucareiro, mas, à época de sua publicação, já estava ultrapassado, por razões prosaicas, ainda que trágicas: “[...] era difícil ensinar religião a um homem depois de terminada sua jornada de trabalho de dezesseis horas.”²⁰

Essa obra resultou da convivência direta que Duque Estrada tinha com o Engenho. O presbítero era consciente de que, naquele momento histórico, a religião estava em crise, dada a barreira do idioma e, sobretudo, as rígidas normas de trabalho. Portanto, não sobrava tempo

18 *Ib.id.* v.I., p. 141.

19 ESTRADA, Nicolas Duque de. *Explicación de la Doctrina Cristiana acomodada a la capacidade de los negros bozales*. Havana, Boloña, 1823. Segundo Friginals o original manuscrito se conserva na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. O historiador cubano informa ainda que existem referências a uma primeira edição de 1797 e 1818.

20 FRAGINALS, Manoel Moreno. *O Engenho*. *Ob.cit.* v. I, p. 144.

São Paulo: Edunesp/Hucitec, 1988. v. I e II.

para qualquer ato religioso e o próprio avanço da consciência mercantilista negligenciava as exigências cristãs. Duque Estrada tentou pregar a caridade, base da doutrina cristã à escravaria, mas diante dos atos de sublevações por falta de entendimento dos trabalhadores, convenceu-se de que era preciso conciliar disciplina e ensinamento cristão.

No novo contexto, Duque Estrada fez inusitada recomendação aos capelães do Engenho: “[...] nunca se oporem ao castigo dos negros, mesmo que fosse injusto [...] jamais discutir com o feitor, que tinha todo o poder em suas mãos. Não recorrer aos amos, pois, para estes, tomar atitude era moralmente impossível. Não envolver-se nas querelas com os escravos ao feitor. Não possuir terras, lavouras, cria, ceva, nem sequer cavalo próprio [...] nunca dar razão aos negros [...] mas dizer-lhes vocês mesmos são os culpados, porque nem todos cumprem sua obrigação; vocês são muitos e o feitor apenas um; hoje um comete uma falta, amanhã outro. Um dia um faz uma picardia, outro dia o outro a faz. Todos os dias o feitor tem que agüentar: isso todos os dias, todos os dias e, mesmo que não queira, ele fica bravo. Por mais que um boi seja manso, se sempre o junge, junge, ele dá patada. O mesmo acontece com o feitor; um dia ele pode agüentar muito,

outro dia não pode agüentar sequer um pouco, porque já está cheio.”²¹.

Como Benci, o presbítero não fazia oposição aos castigos e propunha a conciliação entre a disciplina e o ensinamento cristão aos trabalhadores escravizados. Além disso, o religioso compreendia que a própria labuta diária lhes serviriam de *lição*. Esse ponto é comum nos discursos de Benci e de Duque Estrada. Para ambos, o trabalho contínuo significava *sujeição e obediência*. A partir das considerações do presbítero, Fragnals traduz o entendimento religioso de que “o açúcar podia explicar o paraíso celestial”: “A vida é uma labuta constante, um trabalho contínuo, como o dos negros lenhadores que iam à mata cortar lenha. A lenha cortada é medida em tarefas, cuidadosamente contadas pelo feitor; Jesus Cristo é como feitor: tudo vai acabar e será como no dia da semana em que acaba o corte da lenha: assim como o feitor nos castiga se não obtivermos as tarefas de lenha necessárias, Jesus Cristo nos condena, se não cumprimos nosso dever espiritual. [...] Porém, mais expressivas que o Jesus-Feitor eram as almas-açúcar. A alma limpa, pura, do homem bom, do bom escravo, é como o açúcar branco, com seus grãos

21 Id.ib. p., p. 145.

reluzentes, sem vestígios de impureza.”²²

O jesuíta Jorge Benci expressou, de forma similar, o que sugere Duque Estrada. Ou seja, o interesse em manter, sem rebuço, o cativo sob controle, a partir da labuta constante: “E esta é razão, porque é tão necessário que o senhor ocupe e faça trabalhar os escravos: para os trazer sujeitos, sossegados e mansos. Já disse que os servos não devem ser tratados como jumentos; contudo não se pode negar que os escravos, regularmente falando, participam de uma má qualidade destes animais. O jumento, quando está ocioso e sem trabalhar, faz-se manhoso e rebelião; e se depois o querem sujeitar à carga, tira coices e não quer admiti-la. O mesmo sucede nos servos, se andam mui folgados; fazem-se contumazes e rebeldes, e querendo o senhor apertar com eles, não fazem caso do que se lhes manda[...]”²³.

Nesse sentido, no Brasil o escravo desde o início da colonização era encarado como mero animal de carga, verdadeiro “fôlego vivo” de uma unidade produtora - bastando-lhe simplesmente a coerção física para submetê-lo ao trabalho. Em Cuba, no fim do século XVIII, “o

produtores de açúcar abandonaram em seus engenhos, toda a prática religiosa, exceto as cerimônias anuais, que serviam de disfarce moral mínimo. Mas acabariam compreendendo seu erro. A religião roubava algumas horas semanais à produção, mas também podia ser um freio à rebelião negra”.²⁴.

3-O “doce” inferno

As páginas das crônicas escritas no período da escravidão brasileira estão repletas de referências à organização do Antigo Sistema Colonial e às relações escravistas de produção. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas* (1711), de João André Antonil²⁵, por exemplo, refere-se às realidades das áreas pastoris, da mineração e da grande lavoura de cana-de-açúcar e tabaco. Apesar de ser uma obra descritiva e relacionada à produção escravista do açúcar, abre espaço para a reflexão sobre as relações sociais em outras áreas produtivas do Brasil, como parte das determinações econômicas nascidas da natureza mer-

24 Ibid., v.I, p. 146.

25 ANDREONI, João André (Antonil). *Cultura e opulência do Brasil: Por suas Drogas e Minas*(1711). 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p.43

22 Id.ib. p. p. 146.

23 Id.ib. p. 176.

cantil do escravismo moderno. Nesse rico repositório informativo do funcionamento da produção naquela época histórica, o toscano Antonil descreve o processo produtivo em suas principais ramificações, como as características do açúcar, o cultivo do fumo e a extração do ouro, os dados estatísticos, os padrões monetários, as exportações e as receitas régias. Mas sua crônica alcança os homens, não em sua dimensão humana, mas como agentes do processo produtivo. Emerge de seus escritos a figura do *purgador* e o perfil do *feitor-mor*, do *soto-mestre*, do *caixeiro do açúcar*, do *ajudabanqueiro*, entre outros.

À luz de sua obra, que revela nitidamente a expressão pura da visão mercantil da exploração colonial, é possível compreender que os procedimentos de senhores que assumiam o governo das unidades produtoras, localizadas nas mais diversas e mais internas áreas do país, se baseavam na busca de excedente de trabalho, levando em conta as singularidades e os custos de produção. Nesse sentido, o proprietário de uma empresa agrícola, ao organizar a produção, se tornava o agente gerador da opulência apontada por Antonil e, ao mesmo tempo, o responsável pela existência de atividades produtivas capazes de promover a acumulação escravista de capitais.

Patriarca, dotado de sólida base material e de substancial preparo gerencial, ele trazia “consigo o ser servido, obedecido e respeitado por muitos”. Riqueza, prestígio e poder sintetizavam as condições daquele que se propunha a organizar o processo de trabalho nas grandes concentrações escravistas. Esta regra estendia-se desde as áreas litorâneas às mais distantes regiões do sertão brasileiro.

A organização do trabalho escravo no Brasil pode ser entendida como o resultado da ação da colonização, como montagem de uma estrutura de produção, bem como os processos adaptativos dos seus agentes às mais diversas regiões da colônia e, sobretudo, os interesses metropolitanos. Para isso, recorria-se à redução dos gastos de subsistência do cativo que envolvia alimentação, vestuários, remédios; a severas regras de dominação e exploração, manifestadas nos castigos, e ao processo de intensificação do trabalho na produção, como o prolongamento e intensificação da jornada de trabalho e utilização coercitiva da mão-de-obra escravizada nos dias reservados ao descanso.

Independente das necessidades de caráter produtivo, eliminar o tempo livre significava maior eficácia no controle e na segurança do núcleo de produção escravista. Assim, pela

lógica da produção escravista, o trabalhador escravizado, ocupado até a exaustão, dificilmente tinha disposição para conspirar contra seus escravizadores ou para organizar esquemas de fugas ou insurreições. O trabalho exaustivo era, também, meio de pacificação social.

Por outro lado, o fato de o trabalho exigido ao cativo, não raro, ultrapassasse os limites da sua resistência sócio-biológica, resultava em tensões e conflitos agudos, que podiam ensejar atentados à estrutura senhorial, como respostas aos métodos de dominação. Dentre as mais ostensivas e constantes reações, salientava-se a destruição dos instrumentos de trabalho, os justicamentos, as fugas individuais ou em massa, a formação de quilombos no interior das matas, as revoltas coletivas ou isoladas contra os representantes da empresa colonial, etc.. Os escravos revoltosos de Mato Grosso, por exemplo, perseguidos ou em busca da liberdade, procuravam asilo em espaço além-fronteira, cujos territórios se constituem hoje em países como Peru, Bolívia e Paraguai.

As severas regras de dominação e de exploração, materializadas nos castigos, tiveram atribuições básicas para o bom funcionamento da escravidão. Nessa perspectiva, as condições de vida dos trabalhadores escravizados e o tratamento dispen-

sado a eles atendiam às necessidades inerentes à própria ordem escravista, cuja missão era ampliar, ao máximo, o excedente de trabalho. O caráter compulsório da produção escravista exigia um rígido programa de treinamento e aclimatação do escravo para que se ajustasse às condições de trabalho forçado e aos padrões de sujeição da empresa colonial. Adaptar o escravo à eficiência, à rapidez e à disciplina, foi o principal desafio dos organizadores de uma empresa colonial.

Compulsão e feitorização concorriam para moldar os comportamentos dos trabalhadores escravizados. Eles deviam exteriorizar obediência, destreza e humildade, como sinais de ajustamento à estrutura de dominação. A disciplina do trabalho dependia de um bom desempenho administrativo das unidades escravistas, conforme explica o historiador Décio Freitas: “A função completa habitualmente aos feitores, que nos grandes engenhos eram em número de três: feitor-mor, feitor da moenda e feitor de partido ou fazenda. Para começar, se o escravo recém-chegado dava mostra de excessiva rebeldia, era submetido àquilo que padre Vieira denominou de ‘doce inferno’ agrilhado pelos pés no trabalho das caldeiras acesas sete ou oito meses ao ano, vinte e quatro

horas ao dia”²⁶. Para Décio Freitas, o africano escravizado via-se inesperadamente submetido a um tratamento de choque como forma de refrear seus impulsos recalcitrantes de resistência. Depois do impacto inicial, o africano-recém chegado ia sendo vencido, reprimido e alienado da própria identidade e destruído fisicamente pela produção. Em seu estudo sobre o complexo açucareiro cubano, Fragnals assinalou o mesmo rigor disciplinar utilizado para submeter, coercitivamente, o cativo apenas-chegado ao esquema de trabalho produtivo: “Os anos mais duros nos engenhos eram os primeiros, de domesticação e formação de pessoal escravo ao qual era preciso submeter com sangue e com sangue ensinar-lhes as técnicas mínimas e as exigências do trabalho açucareiro”²⁷.

4-A trombeta de Deus

Muitas autoridades religiosas descreveram os horrores vividos pelos trabalhadores escravizados no Brasil a partir de uma visão utilita-

rista e pragmática da escravidão durante a fase de acumulação primitiva. Segundo esses discursos, entre eles o de Antonil, por exemplo, a escravidão era vista como uma necessidade, como uma relação de trabalho natural. Outros, como Benci, descreviam a escravidão como uma relação natural, no entanto, condenavam os excessos no tratamento dos cativos invocando os preceitos morais e cristãos. Coerente com a postura religiosa, Benci entendia a escravidão como o mal eterno, necessário e com raízes cravadas no pecado original. Dessa premissa religiosa, o jesuíta imprimiu em *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* a proposta de uma relação harmônica entre os segmentos sociais fundamentais da colônia – escravizadores e escravizados. O quadro idealizado por Benci convertia senhores em agentes compassivos, benevolentes, e justos, e desenhava os escravos como figuras obedientes, passivas e leais.

Alguns estudiosos propõem que a maioria dos missionários cristãos pouco ajudou os cativos nos esquemas de resistência à escravidão, pelo simples fato de que muitos deles eram escravocratas, proprietários de trabalhadores escravizados ou dependentes destes últimos. Houve, porém, exceções. Embora dominasse na América religiosos proprietários de cativos, alguns

26 FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973, p. 31. Cf. VIEIRA, Antonio. *Sermões*. Obras Completas. Lisboa: Lello & Irmão Ed., 1951.

27 FRAGINALS, Manoel Moreno. *O Engenho*. Ob.cit. p. 9.

tários de cativos, alguns sacerdotes tentaram levar a sério a missão religiosa, sobretudo diante dos africanos recém-chegados ao continente americano. Os estudos sobre a história dos africanos na América Latina, coordenado por Eduardo Hoornaert, revelam que o padre jesuíta Alonso de Sandoval (1576-1651) exerceu seu ofício durante quarenta anos no porto negreiro de Cartagena, de Las Índias, na Colômbia, organizando um extenso e egrégio tratado pastoral em latim intitulado *Sobre a salvação dos etíopes*, onde destacou os princípios cristãos que deviam ser seguidos na evangelização dos negros boçais. Os autores da obra *História dos africanos na América Latina*, consideram o tratado elaborado pelo jesuíta Sandoval como o mais expressivo trabalho que se tem conhecimento no campo religioso dedicado aos africanos na América Latina. O trabalho do Pedro Claver não deixa de ser igualmente valioso no campo pastoral, na medida em que ele também dedicou sua vida aos africanos escravizados que chegavam em Cartagena. O jesuíta teria sido declarado santo no final do século dezenove, quando já havia cessado o tráfico transatlântico para a América Latina.

Mais comumente, os padres infundiam medos aos africanos e afro-descendentes. Em *História dos*

africanos na América Latina, há referência a dois padres da Companhia de Jesus, atuantes em Lima, que diariamente pregavam nos núcleos de trabalho dos cativos sobre a necessidade da obediência e da labuta constante. Consta que os padres intimidavam os trabalhadores escravizados considerados indolentes e rebeldes: “[...] cada domingo ia um jesuíta sentar-se a praça central de Lima pregar em voz forte os horrores do inferno para os negros que não obedeciam.”²⁸. Autodenominados “a trombeta de Deus”, os jesuítas ameaçavam os cativos com perigos imaginários, causando-lhes fortes inquietações e auto-sugestões psicológicas. Com essa ação era infundido o pavor aos cativos os quais se viam acuados pelos padres: “[...] bastava referir-se a eles para acalmar os escravos”!²⁹.

5-Ética-cristã e escravidão em Jorge Benci

Em 1700, o jesuíta e pensador italiano Jorge Benci, ao estender quatro sermões proferidos na cidade de Salvador (Brasil), escreveu *Eco-*

28 HOORNAERT, Eduardo (Coord. Equipe Cehila-Popular). *A história dos africanos na América Latina*. Petrópolis, RJ, Brasil: Editora Vozes Ltda. 1987, p. 20.

29. Id.ib. p. 21.

*nomia cristã dos senhores no governo dos escravos*³⁰, com a intenção de instituir normas de procedimentos teológicos-morais aos escravizadores na relação com os escravizados. Pensava criar uma relação mais humana e harmônica entre o senhor e seu cativo, onde o último pudesse “suportar” o esgotante trabalho realizado nas atividades coloniais.

Na historiografia brasileira, o jesuíta Jorge Benci encontra-se situado na qualidade de cronista erudito, cujo discurso constitui-se de apelos inflamados aos proprietários da colônia, no sentido de sugerir a “moderação” dos atos de crueldades usados contra os trabalhadores escravizados. Propunha a instituição de regulamentos “ideais” a serem cumpridos na relação escravizador/escravizado com base na compassividade dos escravizadores e na obediência dos escravizados. Ao tratar a violência e a coerção à luz dos preceitos teológicos e morais do cristianismo, delineou os traços básicos do escravismo colonial no Brasil sem, contudo, condenar a escravidão, enquanto instituição necessária à exploração mercantil da América portuguesa.

Em seus pronunciamentos iniciais, Benci recomendava que, para abreviar culpas e ofensas que cometiam contra Deus, os senhores devi-

am usar do domínio e do senhorio sobre os cativos, mas com moderação, segundo a razão e a piedade Cristã. Essa recomendação teria levado o jesuíta a trazer a lume a obra a que chamou “Economia Cristã”. Seus escritos constituíam-se num conjunto de regras, normas, modelo ou guia por onde os senhores cristãos deviam se orientar para governar e, ou mesmo tempo, satisfazer as obrigações de verdadeiros senhores cristãos.³¹ Para persuadir os proprietários a seguir as normas idealizadas, Benci valeu-se dos fundamentos teológicos e filosóficos, contidos na doutrina cristã, muito embora a própria lógica do seu pensamento encaminhe o leitor a uma interpretação que alcança, sobretudo, as relações sociais existentes na Colônia.

No princípio do século XVIII, fase mais intensa da extração mineira do Brasil, a escravidão tornou-se instituição indispensável aos proprietários, sinônimo de riqueza. Nesse contexto, os princípios ético-cristãos de caridade, compaixão, bondade, etc., submeteram-se aos preceitos básicos da economia escravista mercantil, quais sejam, organização, desenvolvimento técnico, obtenção de excedente crescente. Daí o discurso de Benci, propondo uma reforma conciliatória da socie-

30 BENCI. Ob.cit.

31 Id.ib. p.. 49.

dade colonial: “[...] pretendo instruir aos senhores, especialmente aos do Brasil, no modo com devem tratar aos escravos, para que façam distinção entre eles e os jumentos; a qual certamente não fazem os que só procuram tirar deles o lucro, que interessam no seu trabalho.”³²

6-Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos

Como de praxe, os originais da obra foram submetidos a uma comissão especial, representada pelo padre Francisco de Matos, da Companhia de Jesus, a 5 de agosto de 1700, onde a mesma foi revisada, examinada e aprovada por religiosos, para ser impressa sob título original de *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. A obra foi licenciada para publicação, em 1700, na Bahia, e foi impressa em Roma, no Convento de Santa Maria, em 03 de janeiro de 1704.

A *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, reeditada pela Editorial Grijalbo, em 1977, abre-se com a apresentação “O Estudo Preliminar: O escravismo colonial” de Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M.M. Mendes. Eleito como objeto de reflexões por

estes historiadores *Economia cristã*, de Jorge Benci, recebeu notações, analogias e observações de passagens penetrantes sobre a escravidão colonial.

Na primeira parte do livro, encontram-se os seguintes tópicos: 1. “Estudo Preliminar: O Escravismo Colonial”; 2. Frontispício da 1ª Edição (gravura), referente ao exemplar impresso em Roma em 1705; 3. Frontispício manuscrito primitivo (gravura), correspondente ao original aprovado na Bahia, em 1700, pela comissão especial da Companhia de Jesus; 4. Preliminares da 1ª edição, em que o jesuíta Antônio Maria Bonucci apresenta da obra ao leitor; 5. Licença da Religião relacionado ao processo de aprovação da obra para ser impressa; 6. Introdução (do autor), subdividida em 11 itens que resumem todo o conteúdo do livro.

De forma geral, a obra constitui-se de quatro “Discursos”, todos se referindo à obrigação dos senhores em relação aos escravos. Em termos teóricos, vale lembrar que Benci, ao compor seus “Discursos”, acabou revelando a essência do modo de produção escravista colonial e a brutal exploração da força de trabalho homem escravizado para a obtenção de lucro, através da extração do trabalho excedente.

32 Loc.cit.

7-Panis, et disciplina, e opus servo

“*Panis, et disciplina, e opus servo*” – o primeiro Discurso do jesuíta – trata da obrigação primordial que deve o escravizador ao homem escravizado. Seu arrazoado inicial subdivide-se em três parágrafos, em torno dos quais gravitaram os fatores de ordem material, como alimentação, vestuário e cuidados nas enfermidades: “[...] a primeira palavra, sobre que havemos de decorrer, é o pão: *panis*. Deve o senhor ao servo o pão, para que não desfaleça: *pains, ne succumbat*. E debaixo deste nome de pão, conforme a frase hebréia, se compreende primeiramente tudo aquilo que conduz para a conservação da vida humana, ou seja, o sustento, ou o vestido, ou os medicamentos no tempo da enfermidade”.³³

Emergem da prelação de Benci os traços da economia colonial escravista, em que a monocultura minava a cultura de subsistência, trazendo como conseqüência a escassez de alimento e a extrema miséria do trabalhador escravizado. Este problema vem à tona no seguinte trecho: “E isto é o dizem com as obras (quando o não digam com as palavras) os senhores, que não dão o

sustento a seus servos, ou lhes não dão tempo suficiente, o que o possam buscar (...) como é possível que o escravo ou escrava, estando em contínua lida ou trabalho, sustente a vida com a ração escassa de farinha de pau, sem outra cousa que o ajude a levar?”³⁴

De fato, no sistema escravista, o braço forte do homem escravizado devia ater-se apenas ao trabalho na grande lavoura monocultora. A cultura de subsistência era uma atividade pouco significativa na lógica do escravismo mercantil. O tempo destinado à produção para uso tolhia a produção em grande escala. Segundo Gorender, pela lógica do escravismo colonial, não cabia ao fazendeiro preocupar-se com as condições de sustento do cativo. Investir nas plantações de subsistência demandava tempo fora dos núcleos produtivos. A perda do cativo determinava apenas a reposição por novos braços, já que o cativo era uma peça barata e de oferta abundante no mercado. Desenhava-se aí um quadro paradoxal, onde o cativo, gerador de toda a riqueza colonial, sucumbia à míngua em meio à extrema escassez de víveres. Décio Freitas propõe, talvez extremando, que a vida útil dos “escravos proletários”, ou seja, assenza-

33 Id.ib. p.520

34 Id.ib. p.. 58

lados, labutando nos canaviais e engenhos, não excedia provavelmente cinco anos.³⁵

Esse aspecto foi narrado em diversas crônicas do período colonial. Conta o padre Antonil que muitos cativos consumia raízes e, não raro, rondavam a casa do escravizador suplicando-lhe comida. Décio Freitas expõe caso narrado pelo frei Vicente de Salvador: “[...] no trabalho noturno das moendas [os cativos] sorviam às ocultas o azeite doce que iluminava as lamparinas. Descoberto o ardil, passaram os amos a adicionar ao azeite um óleo nauseabundo e amargo ‘para que os negros não lambessem os candeeiros’ [...] a roupa que recebiam de tempos em tempos consistia em calções de fazenda grosseira. Tinham por moradia a senzala infecta, acanhada, promíscua.”³⁶

A penúria do cativo só era contida porque, segundo Benci, alguns senhores do Brasil “achando grande dificuldade em dar sustento aos escravos, que os servem das portas a fora nas lavouras dos Engenhos, lhes dão em cada semana, um dia, em que possam plantar e fazer seus mantimentos, com os quais os

que se não dão à preguiça têm com que passar a vida”³⁷. Entretanto, constata-se pela própria exposição do jesuíta, que os cativos possuíam uma alimentação de pobre teor nutritivo, à base de farinha de mandioca acompanhada, às vezes, de feijão ou carne seca. Mais ainda, os cativos que dedicavam seus domingos aos cuidados de uma pequena horta, eram obrigados a trabalhar, sem interrupção, também nos seis dias restantes.

Esse triste painel exposto sobre a penúria sofrida pelos cativos na produção açucareira, a partir da ótica moralizadora de Benci, esbarrava na gradativa organização da sociedade moderna que se pautava por valores de troca e obtenção de lucros. Esse é o ponto crucial da lógica da colonização moderna, em que a aquisição do excedente era feita a partir do super aproveitamento da mão de obra escravizada. Benci defrontava-se com paradoxo difícil de ser percebido à época: apreender os preceitos da lógica escravista mercantil a partir da ética cristã. Só lhe restava prescrever aos senhores o abrandamento no tratamento com os cativos adotando relações mais flexíveis: “Logo se querem pôr embargos às execuções da ira divina, suavizem e moderem o trabalho de maneira que

35 FREITAS, Décio. *Palmares*. Ob.cit. p.28.

36 Id.ib. p. 28.

37 BENCI. Ob.cit. p. 58.

possam com ele os servos; e assim conseguirão o fim, pelo qual se deve dar aos escravos o trabalho, que é, não para os maltratar e lhes acabar a vida, mas para lhes redimir e refrear a insolência, *opus, ne insolescat.*”³⁸

De certa forma, a exposição metódica de Benci sugeria aos senhores montar dispositivos disciplinadores suportáveis e necessários ao desenvolvimento da empresa escravista colonial e inspirava o estabelecimento de diferentes estratégias econômicas para prolongar a vida do trabalhador escravizado produtivo. Benci insinuava que a diminuição dos castigos e os cuidados com o vestuário, a alimentação e as enfermidades podiam prevenir o senhor contra mortes, suicídios, fugas, rebeliões e outros possíveis danos que pudessem ameaçar a produção: “Haja açoites, haja correntes e grilhões, tudo a seu tempo e com regra e moderação devida; e vereis como em breve tempo fica domada a rebeldia dos servos; porque as prisões e açoites, mais do que qualquer outro gênero de castigos, lhes abatem o orgulho e quebram os brios. E tanto que basta só que os veja o servo, para que se reduza a meta a caminho o venha à obediência e sujeição de seu senhor.”³⁹

38 Id.ib. p. 213.

39 Id.ib. p. 165.

Nesse primeiro “Discurso”, Benci lembra, à luz da ética cristã, que o trabalhador escravizado, ao ser submetido à rígida disciplina produtiva, expressa na equação extensão máxima do ritmo e prolongamento da jornada de trabalho, sob miseráveis condições de existência, podia manifestar variadas formas de reações: “Antes afirma Filo, que pela demasia deste trabalho e excesso dos calores, muitos deles morreriam feridos da peste. E não é isto mesmo, o que sucede a cada passo nos escravos dos que querem deles em uma hora o serviço que era para duas, e em um dia o trabalho que era para duas, e em um dia o trabalho que era para dois? Ficam os miseráveis tão debilitados e cansados, que a mesma vida se lhes faz penosa e molesta: e vivendo desgostosos e aborrecidos da vida, contraem malignas e outras doenças mortais com que em breve tempo se livram do cativo com a morte.”⁴⁰

8-Verbi divini proedicatione pascere.

O segundo “Discurso”, destinado à questão da doutrinação espiritual dos trabalhadores escraviza-

40 Ibid. p. 209.

dos, constituiu-se de cinco parágrafos: 1. Da Doutrina Cristã, que os senhores são obrigados a ensinar a seus servos; 2. Da Digressão exortatória aos Párocos para que ensinem a Doutrina Cristã aos escravos, como têm obrigações; 3. Da obrigação dos senhores de procurar que os servos recebam a seu tempo os Santos Sacramentos; 4. Do bom exemplo que devem dar os senhores aos servos; 5. De inferir e mostrar a gravidade dos senhores que escandalizam a seus servos, induzindo-os por qualquer modo ao pecado.

Nesse discurso, Benci prescrevia aos escravizadores regras de grande alcance para a doutrinação espiritual dos cativos. Acreditava o jesuíta que os escravistas deviam moderar a cobiça e destinar aos trabalhadores escravizados parcelas de tempo distribuídas entre a labuta no engenho, o descanso e a formação religiosa: “Mas porque os párocos, curas a senhores [...] não ensinam a doutrina cristã aos servos, ou se lhe ensinam quando muito e uma vez ao ano e isso mui às pressas e de corrida [...] Pois se assim o manda Jesus Cristo, porque não hão de pôr em execução os senhores com os escravos, ainda que estes pareçam na rudeza com os brutos.”⁴¹

A *economia Cristã* de Benci sugere que não havia preocupação por parte dos senhores em justificar a escravidão pelos princípios doutrinários da Igreja. Raramente os trabalhadores recebiam as normas básicas da doutrinação católica. No entanto, sabe-se que havia uma forte represão às manifestações espirituais trazidas da África pelos africanos exilados à força no Brasil: “Nem se desculpam bem senhores que se escusam deste santo ministério, dando por causa a rudeza dos escravos, e dizendo que são brutos, que são boçais, e que são incapazes de perceber o que nos ensina e manda crer a Fé... para tudo isto se requer tempo... porque não é possível que um escravo boçal, que há pouco saiu da gentildade de Guiné, se possa catequizar e instruir nos mistérios da Fé em tão pouco tempo, como muitos senhores querem... Tempo, para se desbastar o mais grosso de seus erros e superstições à força de grandes marteladas. Tempo, para lhe abrir com o cinzel da doutrina os ouvidos, para que penetre a palavra de Deus, os olhos para que conheça os mistérios da Fé, e a boca para que saiba orar... *Verbi divini proedicatione pascere.*”⁴²

Seu discurso apresentava claramente uma justificativa para es-

41 Id.ib. p. 87-96.

42 Id.ib. p. 90.

cravidão. Tirado “da gentildade da Guiné” ou “barbárie” pelos europeus, o africano tinha a “graça” de ser introduzido na “civilização”. A preocupação do jesuíta italiano era mostrar a extrema dificuldade dos africanos em receber os padrões civilizatórios europeus porque demandava tempo para se “desbastar o mais grosso de seus erros e superstições à força de grandes marteladas”. No seio de uma apologia “civilizadora”, usada para justificar a escravidão, alojava-se uma evidente contradição. O trabalhador escravizado era identificado a uma coisa, ao gado ou à mercadoria. Entretanto, ele era, transformado na categoria social escravo, a objetivação da feroz avidez senhorial por produção de mais-trabalho. Uma análise mais apurada do significado da violência, como componente essencial e constante da escravidão, conduz ao seu principal foco de difusão. Ou seja, à dinâmica de funcionamento da economia mercantil escravista, onde era necessário submeter o trabalhador ao cativo, pelo mecanismo do terror.

Os tormentos físicos constituíam parte intrínseca da escravidão. Era preciso aniquilar os elementos sócio-culturais do africano e impor o padrão europeu. Entretanto, a maneira radical dessa “dominação cultural” inspirava fortes reações dos cativos, expressas sob a forma de

fuga, insurreições, assassinatos, suicídios, etc. O ideal de exploração da empresa agrícola escravista almejava o esgotamento total da capacidade produtiva do trabalhador escravizado, restringindo, portanto, as possibilidades de relações suaves e benevolentes entre escravizadores e escravizados.

Ainda dentro do segundo Discurso, nos dois últimos parágrafos, Benci elegeu o “bom exemplo de virtudes e santos costumes” como regra para o senhor alcançar eficácia na doutrinação dos escravos: “[...] Que importa que lhes ensine com palavras o modo com que hão-de viver cristãmente; se a má vida de seus senhores desmente com costume viciosos a doutrina, que se lhes dá. [...] Fique logo assentado, que toda a mais doutrina, que os senhores derem aos servos, se não for acompanhada de seu exemplo e confirmada com suas obras, não serve de alimento espiritual.”⁴³

Ao longo “Discurso” do jesuíta sobre “bom exemplo” que os proprietários deviam dar aos negros escravizados, somava-se a enérgica crítica moral dirigida ao relacionamento sexual entre senhores ou outros segmentos da estrutura dominante e os cativos: “Mas que sucedem na Cristandade e a Cristãos tão

43 Id.ib. p. 110-111.

Cristãos como os Portugueses! Que havemos de dizer senão que, além da eterna pena, com que merecem ser castigados na outra vida os senhores que assim violentam o obrigam a suas escravas a pecarem, ainda esta merecem a morte temporal, imposta pelo Direito Comum, a lei particular de Portugal a todos aqueles que violentamente, ou de outra maneira forcem e obrigam a mulher de qualquer qualidade que sejam, ainda aquelas, a que vulgarmente chamamos muidanas?”⁴⁴

Benci insistiu em proferir sentenças condenatórias contra relações sexuais entre os escravizadores e escravizados. Pelo rígido moralismo lusitano, em relação à mulher branca, o senhor compensava ou transferia suas práticas mais ousadas para as relações ocultas com as cativas, forçando-as a atendê-los sexualmente ou as submetendo, em troca de privilégios, de presentes como roupas, doces ou comida. Tais hábitos foram descritos por Benci: “Não é escândalo, e o mais abominável nos olhos de Deus, amigar-se o senhor com a sua escrava? E não é ainda muito maior e mais abominável, obrigá-la a força e consentir neste pecado de seu senhor, e castigá-la desta ofensa de Deus?”⁴⁵.

44Id.ib. p.121.

45Id.ib p.123.

9-Castigo: a medicina da culpa:

Benci reservou cinco parágrafos para a terceira obrigação dos senhores para com os servos: 1. Que os senhores devem castigar os servos, merecendo eles o castigo; 2. Que os senhores não hão de castigar tudo, mas relevar algumas falhas a seus escravos; 3. Que as pragas e nomes injuriosos não servem para castigo dos escravos; 4. Que no castigo dos servos não devem usar os senhores de sevícias; 5. Mostra-se que o castigo dos escravos não deve passar de açoites e prisões moderadas.

Como já nos referimos, Benci via a escravidão como uma instituição natural e considerava o castigo como a “medicina da culpa”. Ao defender as punições e as repreensões como uma espécie de regimento disciplinar e pedagógico, os “Discursos” do jesuíta constituíam-se em uma das fontes onde foram beber os edificadores do mito da democracia racial, da resignação do negro ao cativo e da benevolência dos senhores no tratamento de seus escravos. Tais visões foram difundidas, a partir dos anos 1930, sendo, por mais de três décadas, responsáveis pela generalização e romantização das características singulares e limitadas da escravidão doméstica, ense-

jando, ainda hoje, a negação do caráter mercantil e necessariamente violento das relações escravistas de produção.

Em *Casa Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (1930), Gilberto Freire interpretou o passado escravista como uma sociedade patriarcal benevolente, suavizada pelas tradições portuguesas, religiosas, sexuais e raciais, que estabeleciam uma relação harmônica entre a casa grande e a senzala, entre o sobrado e o mocambo. Gilberto Freire difundiu visão mitológica das relações entre escravizadores e escravizados, sobretudo por sustentar a brandura do cativo e das relações raciais no Brasil: “O castigo ao escravo como o castigo ao filho da família fazia parte de sistema de educação, de assimilação e de disciplina - o patriarcal - que não podia desmanchar-se em ternuras para com os necessitados de educação, assimilação e disciplina [...]. Pelo que não nos devem horrorizar demasiadamente: nos escravos fugidos, marcas nas nádegas de castigo ou sinais de punições, lambadas nos pés, correntes nos pés [...]”⁴⁶

Entretanto, essa abordagem apologética permitiu um significativo avanço no enfoque sócio-político e despertou vasto interesse para as raízes afro-brasileiras e as questões raciais como problema relevante na construção do Estado Nacional. O mito da suavidade do escravismo no Brasil desmonta-se ao se compreender que a violência senhorial era parte integrante e fundamental do sistema escravista, que se sustentava no terror constante, com o duplo objetivo de sufocar rebeldias e garantir o pleno funcionamento da organização econômica. A violência era parte constitutiva de uma ordem econômica que controlava os trabalhadores nas unidades produtivas e submetia povos inteiros à escravidão, impondo-lhes produção intensiva e níveis aviltantes de subsistência. As forças que concorriam para a radicalização da violência nas relações escravistas eram essencialmente econômicas. Os castigos não podiam ter a função patriarcal de “educação, assimilação e disciplina”, no sentido aduzido por Gilberto Freire. O sistema impunha a desumanização das relações entre senhores e escravos.

Ao expor o cruel tratamento a que eram submetidos os trabalhadores escravizados no Brasil, Benci demonstrou o tom constante da vio-

46FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília, 13 a. Editora Universidade de Brasília, 1963:63.

lência e da exploração do trabalho escravizado:

[...] Suposto, pois que o castigo deve ser moderado pela razão e não governado pela paixão: pergunto eu agora aos senhores do Brasil, se é castigo racional, queimar ou atanzar (que tão ímpio e cruel e este gênero de castigo) com lacre aos servos; cortar-lhes as orelhas ou os narizes; marcá-los nos peitos e ainda na cara; abrasar-lhes os beijos e a boca com tições ardentes? Deixo outros castigos ainda mais inumanos, que os ciúmes do senhor ou da senhora fazem executar nos escravos ou nas escravas, porque são indignas de virem à pena, que não permite a modéstia relató-los neste lugar. Que vos são sevícias estas as mais bárbaras e inumanas e que só caberiam bem nos ânimos cruéis e feros dos Mezenhos, dos Falares, e dos Diomedes?⁴⁷

Uma questão incompreensível e que atormentava constantemente o espírito do jesuíta era saber como podia ser “racional” um castigo executado, com extrema crueldade, a ponto de causar a morte do cativo, que era o sustentáculo da economia colonial e a base da prosperidade senhorial. Nesse ponto, o presbítero católico imprimia nas palavras um tom profundo e convicto de que a tortura devia ser racionalizada através da “dosagem” gradual do “remédio da culpa”: “[...] Já o declarou o Espírito Santo no Eclesiástico di-

zendo: [...] Tendes algum servo mau, malicioso e inclinado ao vício? Castigai-o; mas seja o castigo ou de açoites ou de ferros – (...) Primeiramente, obrando o servo contra o que deve, deveis usar dos açoites: *Tortura flagellorum*. Não seja porém estes tais e tantos que cheguem a rasgá-lo e feri-lo de sorte que corra em fio o sangue, como barbaramente costumam alguns senhores. (...) Os açoites são medicina de culpa; e se os merecem os escravos em maior número de que de ordinário se lhes devem dar, dêem-se-lhes por partes [...].”⁴⁸

A descrição feita pelo cronista em 1700, sobre os mais variados mecanismos de coerção física sofrida pelos cativos, leva à compreensão de que a violência, além de ser a base do escravismo moderno, era também um fator essencial e indispensável para assegurar a racionalidade do sistema. Esta foi questão inquietante para o sentimento religioso de Benci. A relação escravizador/escravizado, ao configurar-se na lógica da economia escravista colonial, objetivava a obtenção máxima de trabalho excedente, fugindo aos princípios da ética cristã. Encerrado nesta contradição, Benci alcançou a vislumbrar o caráter opressor da produção escravista colonial.

47 BENCI. Ob.cit. p. 156.

48Id.ib. p. 184.

Assim sendo, lança um inusitado apelo aos senhores por um afrouxamento da exploração de trabalho nas atividades escravistas: “Na verdade não sei como possa haver senhores tão inumanos, que se não compadeçam dos miseráveis escravos, trazendo-os como a Ixião em uma perpétua roda de serviço, sem parar nem de dia, nem de noite! Que trabalho de dia bem está; mas que hajam de trabalhar também de noite, e toda a noite, quem o poderá sofrer? Porque haveis de ser tão importuno aos servos, que os não deixei tomar de noite algum alívio com sossego por algumas horas? Porque lhes haveis a cada passo de interromper ou (o que é muito pior) tirar o sono, tendo-os toda a noite ao pé da moenda ou da fornalha, sem que possam dar á natureza algum repouso?”⁴⁹

10-“Noctes laboriosas enumeravi mihi”

A última parte da “Economia Crista” foi destinada à questão do prolongamento da jornada de trabalho aos escravos. Ao discutir a quarta obrigação dos senhores, o autor dispôs de 7 parágrafos, incluindo a conclusão de toda obra. Dessa for-

ma, para abrir o “Discurso”, Benci fez uma apologia reverenciando o trabalho e condenando a ociosidade. Segundo seu pensamento, os trabalhadores escravizados, para fazerem jus ao pão que recebiam do escravizador e para não se tornarem insolentes, deviam oferecer-lhes em troca a labuta diária. Mantê-los ocupados era ao mesmo tempo, a obrigação e o descanso do senhor: “O trabalho pois é o melhor remédio para trazer os servos sujeitos e bem domados. Só trabalhando eles, pode viver descansado o senhor [...] porque enquanto o servo fatigado do serviço anela e aspira a algum repouso, não cuida nem trata de rebelar contra seu senhor.”⁵⁰

Observe-se que o jesuíta sugeria a perpetuação da escravidão e delineava as estratégias de dominação que se opunham a sua ética cristã: “Enquanto o senhor traz o servo ocupado, não cuida esse em outra coisa (diz o Espírito Santo) mais que no descanso. Porém, se lhe larga a mão, logo aspira à liberdade e busca traças para se livrar da sujeição... Porém se lhes deres larga para que ande ociosos e folgados, logo há de maquinar traças para sair do cativeiro [...] E esta é a razão, porque é tão necessário que o senhor ocupe e faça

49Id.ib. p 201.

50Id.ib. p. 175.

trabalhar os escravos para os trazer sujeitos, sossegados e mansos”⁵¹

Para manter o escravo continuamente ocupado, o escravizador havia de organizar mecanismos coercitivos e de controle capazes de impedir a *insolência*, a *ociosidade* e a *indolência* do negro: “E, para que não cheguem a estes pontos, qual é o remédio?... O jugo e as rédeas amansam a ferocidade dos brutos; e o serviço contínuo a contumácia dos servos. (...) assim como o cavalo, ainda que indômito, se deixa reger e governar pelo freio à vontade do cavaleiro; assim o servo exercitado do senhor com o trabalho continuo a lhe sujeitar e obedecer.”⁵²

A própria essência do sistema escravista transformava o africano em mercadoria-força de trabalho a ser explorada em forma tendencialmente absoluta. Como conseguir arrancar o máximo de sobretrabalho de escravo sem valer-se do repressivo esquema de expropriação? Como sobrepor-se às formas de rebeldia individuais (fuga, suicídio, assassinato) ou associadas (fuga coletiva, formação de quilombo, sublevações) ou à resistência ao processo de des-culturação. As variadas formas de oposição eram punidas com extrema

violência, a ponto de cronistas como Benci proporem a racionalização da escravidão através de medidas que pudessem aumentar a produção e, ao mesmo tempo, conter as manifestações de rebeldias.

O cronista abordou, igualmente, o ponto que sempre separou escravizadores e escravizados: o preconceito – a concepção de inferioridade racial do *negro*. Seu discurso cumpria também justificar o escravismo pela lógica do preconceito, atribuindo variados adjetivos que depreciavam o trabalhador escravizado, visto como “teimoso e rebelião como – jumento”, “único mestre de suas maldades”, “mestres em artes e doutores em malícia”, “habilidades para os vícios”. “É que os Brancos para serem bons mestres da arte de pecar, necessitam de lições da mui repetidas, e por isso é necessário que freqüentem por largo tempo as classes do ócio; e outro dias de lição ficam mestre em artes e doutores em malícia... E como os Pretos são maus Branco, por isso, eles com menos tempo de estudos saem grandes licenciados do vício na classe do ócio aos escravos, é querê-los mestres em todo o gênero de vícios e singularmente no vício da desonestidade”⁵³.

Ao censurar severa e energeticamente os excessos e as sevícias

51BENCI, Jorge S. I., op. cit., p. 175-6.

52 BENCI, Jorge S. I., op. cit., p. 176.

53BENCI, Jorge S. I., op. cit., p.178.

dos escravizadores, Benci despiu a essência da colonização escravista colonial. Ao articular Filosofia e a Ética Cristã, registrou muitas das mais profundas contradições e conflitos da sociedade escravista. Para a ótica de um sistema de produção organizado para a produção crescente de bens, para o mercado mundial, a partir da mão de obra escravizada, não havia lugar para o afrouxamento das relações de trabalho.